

EXPRESSÃO DE ESPERANÇA EM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Simone dos Santos Paludo

Martina Mazzoleni

Ana Paula Cardoso da Silva

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, Brasil

RESUMO

O objetivo deste estudo foi mensurar a expressão de esperança disposicional em adolescentes em situação de acolhimento institucional. Participaram 25 adolescentes acolhidos, com idades entre 12 e 18 anos. Para mensurar a esperança foi aplicada a Escala de Esperança Disposicional. Os resultados revelaram uma média esperança disposicional de 29,44, sugerindo que o afastamento familiar e a vida no acolhimento institucional não impedem a expressão de esperança. Manter a esperança em um futuro melhor pode estimular uma visão para além dos infortúnios e das adversidades presentes nas histórias dos adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Palavras-chave: esperança; acolhimento institucional; psicologia positiva.

EXPRESSION OF HOPE IN ADOLESCENTS IN SHELTER SITUATION

ABSTRACT

The aim of this study was to measure the level of dispositional hope among adolescents who live in institutional shelter situation. 25 adolescents aged between 12 and 18 who were in shelter situation participated. To measure hope was applied the Dispositional Hope Scale. The results showed an average score obtained dispositional hope 29.44, suggesting that family distance and life in the institutional shelter does not harm the expression of hope. Keeping hope in a better future can stimulate a vision beyond the misfortunes and adversities present in the stories of adolescents in institutional shelter situation.

Keywords: hope; institutional shelter; positive psychology.

LA EXPRESIÓN DE ESPERANZA EN LOS ADOLESCENTES EN SITUACIÓN DE ACOGIMIENTO INSTITUCIONAL

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue medir la expresión de la disposición a la esperanza en los adolescentes en situación de acogimiento institucional. Participaron 25 adolescentes acogidos, con edades comprendidas entre los 12 y los 18 años. Para medir la esperanza

se aplicó a Escala de Disposición a La Esperanza. Los resultados mostraron una media de 29.44 disposición a la esperanza, lo que sugiere que la separación de la familia e la vida en acogimiento institucional no excluye la expresión de esperanza. Mantener la esperanza en un futuro mejor puede estimular una visión más allá de los infortunios y adversidades presentes en las historias de los adolescentes en situación de acogimiento institucional.

Palabras clave: esperanza; acogimiento institucional; psicología positiva.

Estar em situação de acolhimento institucional implica estar em estado de espera, tendo em vista que a entrada na casa é uma medida de proteção excepcional e provisória prevista no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Tal medida é acionada quando crianças e adolescentes tiveram os seus direitos violados ou gravemente ameaçados. Dessa forma, muitas incertezas permeiam a estadia no acolhimento e muitas expectativas são geradas. As crianças e adolescentes que ali se encontram esperam por uma decisão judicial que permitirá o retorno para a família de origem ou para a casa de algum familiar ou, caso exista a destituição do poder familiar, a espera será por uma nova família. Diante da realidade vivenciada e da expectativa de futuro, o presente estudo buscou mensurar a expressão de esperança disposicional em adolescentes acolhidos e distribuídos em cinco casas em um município do sul do país.

A esperança tem sido um conceito discutido dentro da área da Psicologia Positiva (Pacico, Bastianello, Zanon, & Hutz, 2013; Reppold, Gurgel, & Schiavon, 2015; Paludo & Koller, 2007). Apesar de ainda não haver consenso na literatura sobre a definição do termo esperança (Pacico, Zanon, Bastianello, & Hutz, 2011), o seu significado tem sido atrelado à busca das pessoas por um futuro bem-sucedido e gratificante (Alarcon, Bowling, & Khazon, 2013). A teoria proposta por Snyder (1995) sugere que para haver esperança são necessários dois elementos importantes relacionados à meta envolvida: rota e agenciamento. As rotas envolvem a capacidade que as pessoas possuem para criar caminhos para alcançar o objetivo idealizado, enquanto o agenciamento refere-se a capacidade para iniciar a busca desses objetivos e manter-se motivado para alcançar a meta (Snyder, 1995). O autor sugere ainda que os caminhos devem tornar-se mais precisos à medida que há o avanço em direção à realização do objetivo e, portanto, as pessoas mais esperançosas adequam mais rapidamente as suas rotas e, conseqüentemente, favorecem o alcance de seus objetivos (Snyder, 2002). A esperança disposicional tem sido compreendida a partir da combinação de rotas e o agenciamento (Roesch & Duangado, 2010) que o indivíduo traça para alcançar as suas metas. Pacico et al. (2013) afirmam ainda que a esperança disposicional é um traço de personalidade, portanto pode ser avaliada como uma característica relativamente estável ao longo do tempo. Importa salientar que o senso pessoal de agenciamento recebe suas contribuições iniciais logo no primeiro ano de vida, a partir do momento em que a criança passa a compreender a si mesmo como um ser diferenciado dos outros e perceber que pode ser a motivadora de uma cadeia de eventos, alterando a sua compreensão de *self*. Dessa forma, o pensamento esperançoso tende a ser derivado tanto dos ensinamentos familiares, escolares, quanto da sociedade em geral, sugerindo que a forma de pensar, esperançosa ou não, é essencialmente social (Snyder, Rand, & Sigmon, 2005).

Considerando essa relação, é possível refletir sobre o desenvolvimento de esperança em pessoas que tiveram as suas vidas marcadas por algum evento negativo.

Os estudos nacionais publicados até momento debruçam-se na avaliação da esperança disposicional em situações adversas, em especial, frente a doenças crônicas. Interessa aos pesquisadores avaliar as possibilidades de enfrentamento dos indivíduos com HIV/Aids (Orlandi & Praça, 2013), câncer (Wakiuchi, Marchi, Norvilla, Marcon, & Sales, 2015), pacientes renais crônicos (Ottaviani, Souza, Drago, Mendiondo, Pavarini, & Orlandi, 2014) e pacientes com asma (Reppold, Antunes, Corrêa, Zanon, & Dal Lago, 2014). Todos os estudos incluíram em suas amostras indivíduos adultos e utilizaram escalas que mensuram a esperança em adultos. Os estudos com adolescentes ainda são bastante restritos. A primeira publicação nacional sobre o tema teve como objetivo validar a escala de esperança disposicional para adultos (Snyder et al., 1991) para o público adolescente, tendo em vista a inexistência de instrumentos validados para esse grupo (Pacico et al., 2013). Os pesquisadores acessaram 450 adolescentes com idades entre 14 e 18 anos, estudantes de escolas públicas e privadas, e encontraram resultados satisfatórios com relação as características psicométricas da escala (alfa de cronbach =0,80). Pacico et al. (2013) encontraram uma média de 32,2 para a esperança disposicional entre os adolescentes e não identificaram diferença estatística significativa entre sexos. O referido estudo teve como principal contribuição a indicação da escala para uso entre adolescentes.

A esperança manifestada por adolescentes diante de trajetórias marcadas por situações de risco e por eventos traumáticos provocados, na maior parte das vezes, pelos próprios cuidadores ainda não foi explorada na literatura nacional, contudo estudos internacionais evidenciam que a expressão de esperança pode ser um importante fator de proteção para adolescentes que vivenciam eventos estressantes (Valle, Hubner, & Suldo, 2006). A partir de um estudo longitudinal realizado com estudantes com idades entre 10 e 18 anos, onde foram acessados 860 adolescentes no tempo 1 e 699 no tempo 2, os pesquisadores descobriram os eventos de vida estressantes previam comportamentos de internalização e baixa satisfação com a vida dentre os participantes com baixos níveis de esperança. Savahl, Isaacs, Adams, Carels e September (2013) avaliaram 566 adolescentes de 14 a 17 anos do sul da África com o objetivo de avaliar as relações entre exposição à violência, esperança e bem-estar. Os autores destacaram que a expressão de esperança é um preditor mais forte de bem-estar do que a exposição a eventos violentos, reforçando a ideia de que a esperança é um traço importante que acaba por proteger os indivíduos de situações de violência.

A entrada em uma casa de acolhimento revela que a violência esteve presente em algum momento nas suas famílias. Esse fato pode ser confirmado ao verificar que as pesquisas indicam que os principais motivos para o afastamento familiar envolvem maus tratos, negligência, carência de recursos, pais ou responsáveis alcoolistas ou usuários de drogas ilícitas, dentre outras privações de afeto e de cuidado (Cavalcante, Magalhães, & Pontes, 2007; Fukuda, Penso, & Santos, 2013; Rossetti-Ferreira et al., 2012; Silva, 2004). A saída desse contexto interrompe a exposição direta a violência intrafamiliar, contudo pode não findar com os riscos.

O próprio abrigo pode funcionar como um contexto de risco quando não cumpre as diretrizes previstas no artigo 92 da legislação estatutária (Borba & Paludo, 2010; Salina-Brandão & Williams, 2009). Quando o acolhimento não fomenta a manutenção dos vínculos familiares e quando a rede de atendimento não presta assistência a família as possibilidades de reinserção tornam-se mais complicadas. Para que a reinserção familiar (seja na família de origem ou na família extensa) tenha sucesso (Siqueira, Massignan, & Dell’Aglío, 2011) é preciso que as equipes estejam preparadas

para ajudar as famílias a compreender que é com elas que seus filhos têm direito de permanecer e para isso deverão desenvolver práticas de cuidado (Brito, Rosa, & Trindade, 2014; Vasconcelos, Yunes, & Garcia, 2009). Desde a implementação da Lei 12.010 (Brasil, 2012) tais as mudanças na vida dos acolhidos precisam acontecer em um prazo máximo de dois anos. Entretanto, quando as famílias são destituídas do poder familiar inicia-se outro processo de espera que pode não ser nada breve. Pereira e Costa (2005) apontam uma série de casos de crianças e adolescentes que permanecem dentro das casas por longos períodos, permitindo que muitos vivenciem a adolescência dentro desses locais ou persistam nesta condição até completar a maioridade. Esta longa permanência diminui as chances de adoção devido ao avanço da idade e também podem ter implicações na expressão de esperança, pois acaba por privar ou impedir o direito à convivência familiar.

Importa salientar que nem todas as situações de acolhimento são acompanhadas de riscos, por vezes é nesse espaço que a proteção irá acontecer (Salina-Brandão & Williams, 2009; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). É razoável considerar que algumas casas de acolhimento institucional oferecem um ambiente protetivo com condições físicas apropriadas (Poletto & Koller, 2008; Sequeira, 2009) e com adultos no papel de educadores que podem ser novas fontes de apoio social (Magalhães, Costa, & Cavalcante, 2011). Somado a esse fato, ali se encontram pares que vivenciam uma situação comum e que acabam por constituir uma rede de apoio (Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Nessas situações, a transição para o acolhimento pode possibilitar a construção de vínculos afetivos significativos (Dalbem & Dell’Aglío, 2008) e amizades que auxiliam a enfrentar positivamente as alterações do contexto de vida (Sequeira, 2009; Mota & Matos, 2008).

Viver em situação de acolhimento significa transitar entre inúmeras situações de risco e proteção e esperar que o seu futuro seja decidido. Como a esperança está estreitamente ligada à capacidade do indivíduo de fazer planos e de colocá-los em prática e acreditar na sua realização interessa conhecer a expressão de esperança daqueles adolescentes que tem o seu futuro delimitado por terceiros e pelo poder público. No Brasil, inexistem estudos que tratem dessa temática nesse grupo. Assim, o presente estudo buscou mensurar a expressão de esperança em adolescentes acolhidos e distribuídos em cinco casas em um município do sul do país.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaram do estudo 25 adolescentes, com idades entre 12 e 18 anos, acolhidos nas cinco casas existentes em um município de médio porte da região sul do país. A presença de algum transtorno grave foi considerada critério de exclusão. No momento da realização da pesquisa, havia 29 adolescentes acolhidos, dentre estes 1 estava evadido, 2 não aceitaram participar da pesquisa e 1 preenchia os critérios de exclusão, portanto a pesquisa foi executada com 86,20% dessa população, totalizando 25 pessoas. Entre os adolescentes participantes da pesquisa, 14 (56%) eram do sexo feminino e 11 (44%) do sexo masculino, com idades entre 12 e 18 anos ($M=14,76$; $dp=1,73$).

INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Para levantar informações sobre o motivo e o histórico de acolhimento (tempo, idade de entrada, número de acolhimentos, contato familiar, atividades realizadas fora do acolhimento, situação jurídica) foram consultadas as fichas e o plano individual de atendimento de cada adolescente participante da pesquisa. Para mensurar a esperança foi aplicada a Escala de Esperança Disposicional (Pacico, Bastianello, Zanon, & Hutz, 2013). A escala consiste em 12 itens mensurados em escala do tipo *Likert* de cinco pontos, onde 1 representa totalmente falso e 5 significa totalmente verdadeiro. Há evidências de validade, obtidas mediante análises fatoriais que indicaram a solução de um fator como mais pertinente e de fidedignidade do instrumento ($\alpha=0,79$). A escala foi aplicada individualmente.

O presente estudo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Rio Grande. Por se tratar de casas destinadas à guarda de adolescentes afastados da família de origem foi necessária a obtenção de autorização das entidades competentes pelos serviços e pelos acolhidos. Todos os coordenadores das casas autorizaram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, todos os adolescentes participantes também foram consultados e autorizaram a sua participação através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual garantia liberdade dos participantes optarem ou não pela participação na pesquisa, assim como, retirar seu consentimento a qualquer momento. Para a realização deste projeto os pesquisadores responsáveis foram devidamente preparados de acordo com os princípios éticos, teóricos e metodológicos.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos foram tratados por meio de estatística descritiva (média, desvio padrão, distribuição de frequência) e estatística inferencial não paramétrica.

RESULTADOS

Para compreender as características dos adolescentes participantes do estudo, os dados foram organizados na Tabela 1.

Tabela 1.
Características dos adolescentes acolhidos participantes do estudo.

Variáveis	Categorias	n
Motivos para o acolhimento	Negligência	11
	Abandono	9
	Uso de drogas ilícitas dos pais/responsáveis	7
	Violência psicológica	6
	Prisão dos pais/responsáveis	5
	Abuso de álcool dos pais/responsáveis	5
	Violência sexual	4
	Morte dos pais/responsáveis	4
	Falta de condições básicas e moradia	4
	Violência física	2

	Transtorno psicológico ou psiquiátrico grave dos pais/responsáveis	2
	Exploração sexual	1
Situação jurídica	Suspensão do poder familiar	23
	Destituição do poder familiar	2
Contato com familiares –visita dos familiares	Uma vez por semana	6
	Uma vez por mês	9
	Raramente	3
	Nunca	5
	Destituídos	2
Contato com familiares -visita dos adolescentes à casa de origem	Uma vez por semana	10
	Uma vez por mês	1
	Raramente	2
	Nunca	10
	Destituídos	2
Contato com a escola	Frequenta à escola	18
	Não frequenta à escola	7
Atividades externas à casa	Frequenta atividades físicas	4
	Frequenta atividades artísticas	10
	Frequenta curso profissionalizante	5
	Não frequenta nenhuma atividade	7

Pode-se verificar que a maior parte dos adolescentes vivenciou uma diversidade de violações que não se restringiram a um único fator e que acabaram por gerar o afastamento da família de origem. Enquanto 23 adolescentes esperavam uma decisão jurídica sobre as suas chances de retorno para a família de origem, dois adolescentes já haviam sido informados sobre a destituição do poder familiar, mas tal situação não retirou os adolescentes do estado de espera, uma vez que agora aguardam a possibilidade de colocação em família substituta. A vida dentro da casa de acolhimento, assim como a suspensão do poder familiar, não significa a ausência dos responsáveis na vida dos adolescentes, entretanto, os dados revelam que durante a estada no acolhimento o contato com os familiares é pouco frequente. Em média o tempo de permanência dos adolescentes nas casas foi de 37 meses ($dp= 48,37$), variando entre o mínimo de 1 mês e máximo de 168 meses. Da mesma forma, a entrada no acolhimento não rompe a convivência comunitária, portanto foram verificadas as atividades em que os adolescentes estavam envolvidos durante o acolhimento. Dentre os 25 participantes, 19 estavam matriculados em alguma atividade externa a casa, contudo chama atenção o fato de que havia 9 adolescentes com 16 anos ou mais e dentre estes apenas 5 estavam frequentando um curso profissionalizante. A escolaridade pode ser um fator impeditivo, já que foi constatado um atraso escolar importante, em média os adolescentes cursavam o 5º ano ($dp = 1,77$) e tinham histórico de reprovação. Todas essas características foram levantadas para compreender se mesmo diante de um cenário de maior risco a expressão de esperança estaria preservada. A média obtida na aplicação da Escala de Esperança Disposicional foi de 29,44, sendo que os escores variaram entre 17 e 39, a distribuição está apresentada na Tabela 2.

Tabela 2.

Escores brutos e frequência obtidos na Escala de Esperança Disposicional.

<i>Escore bruto</i>	<i>Frequência</i>
17	1
23	1
24	2
25	2
26	1
27	1
28	2
29	2
30	1
31	4
32	1
33	3
34	1
35	1
36	1
37	1
38	1
39	1

O teste de Mann-Whitney foi utilizado para verificar se os resultados de esperança poderiam variar conforme as características do acolhimento. Todos os motivos de acolhimento foram testados, mas não foram encontradas diferenças estatísticas significativas para nenhum deles ($p > 0,05$). Também não foram encontradas diferenças estatísticas significativas para tempo de acolhimento ($U=23,00$; $p=0,086$) e para sexo ($U=19,00$; $p=0,460$). Os valores não significativos podem ter decorrido do pequeno tamanho da amostra. A fim de obter uma análise mais detalhada, os resultados obtidos em cada item da escala de Esperança Disposicional estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3.

Apresentação da média, mediana, moda e desvio padrão de cada um dos itens da Escala de Esperança Disposicional

	<i>M</i>	<i>Me</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>
Eu posso pensar em várias formas de lidar com situações difíceis	3,48	3	3	1,15
Eu me esforço para atingir meus objetivos	4,12	4	4	0,92
Eu me sinto cansado a maior parte do tempo	3,24	3	2	1,45
Existem sempre muitas formas de resolver os problemas	3,92	4	5	1,03
Eu sou facilmente derrotado em discussões	2,56	2	2	1,26
Eu posso pensar em muitas formas de conseguir as coisas que são muito importantes para a minha vida	4,12	4	5	0,92
Eu me preocupo com a minha saúde	3,96	5	5	1,30
Mesmo quando os outros desistem, eu sei que posso encontrar uma forma de resolver os problemas	4,16	4	4	0,89
Minhas experiências no passado me prepararam bem para enfrentar o futuro	3,60	3	3	1,19
Eu tenho tido muito sucesso na vida	2,80	3	2	1,19
Frequentemente eu fico me preocupando com alguma coisa	3,92	4	4	0,86
Eu atinjo os objetivos que estabeleço para mim	3,24	3	3	0,87

DISCUSSÃO

Os dados coletados indicam que a vida dos adolescentes acolhidos é permeada por situações de vulnerabilidade anteriores e, até mesmo posteriores, ao afastamento familiar corroborando com a literatura sobre o tema (Fukuda, Penso, & Santos, 2013; Rossetti-Ferreira et al., 2012; Salina-Brandão & Williams, 2009; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). A investigação também evidencia o estado de espera dos adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, uma vez que estão em constante expectativa das decisões do poder público para que as suas trajetórias sejam construídas. Contudo, é possível afirmar que tais fatores não prejudicam a expressão de esperança desse grupo. Embora a média de esperança disposicional apresentada pelos adolescentes acolhidos deste estudo ($M=29,4$) tenha mostrado um valor inferior à média de 32,2 encontrada no estudo de validação da escala de Pacico et al. (2013), o qual avaliou estudantes, com idade entre 14 e 18 anos, os resultados não indicam a ausência de esperança. Embora não existam parâmetros específicos devido a ausência de estudos nacionais na área, é possível verificar que a média apresentada pelos adolescentes acolhidos se aproxima da média apresentada pelos adolescentes no estudo de Snyder et al. (1991). Pacico e Bastianello (2014) apresentam de forma detalhada a tabela que descreve as normas para a expressão de esperança entre adolescentes com idades entre 14 e 18 anos e indicam uma média de 31,6 pontos na escala em um intervalo entre 24 e 39. Claro que é necessário ter cautela na análise dos resultados devido ao tamanho reduzido da amostra e as peculiaridades do grupo investigado. Savahl et al. (2013) já haviam apontado que a esperança aparece como um traço importante de preservação quando existe a exposição à violência. Um recente estudo avaliou a autoestima de adolescentes em situação de acolhimento e não encontrou diferenças estatísticas significativas quando comparou os resultados a um grupo de adolescentes que vivia com as suas famílias (Rodrigues, Gava, Sarriera, & Dell’Aglío, 2014). Isso significa dizer que muitos aspectos positivos podem se manter preservados, mesmo quando as situações vivenciadas são desafiadoras ao desenvolvimento saudável (Sequeira, 2009).

Para entender as rotas e o gerenciamento presentes na expressão de esperança do grupo avaliado é necessário analisar as respostas as afirmativas apresentadas. Ao analisar os menores escores apresentados na escala de esperança disposicional, revelados nas afirmações “Eu tenho tido muito sucesso na vida” seguido de “Sou facilmente derrotado em discussões” é possível constatar que os adolescentes parecem assumir as responsabilidades pelas rupturas e pelos fracassos comuns em seus cotidianos. Embora o afastamento familiar seja uma medida protetiva prevista na legislação estatutária (Brasil, 1990), nem sempre é vista dessa forma pelo acolhido (Sequeira, 2009). O adolescente pode compreender a entrada nesse contexto como uma punição, afinal é ele quem está sendo retirado do seu lugar comum e é ele quem terá que romper com a sua rotina e com os seus parceiros (amigos, vizinhos, familiares). A sensação de fracasso pode emergir nesse momento. Estudos têm sugerido que a ida para uma casa de acolhimento é um evento estressor e pode gerar sintomas depressivos (Dell’Aglío & Hutz, 2004; Whatier, & Dell’Aglío, 2008). Em algumas situações a entrada no acolhimento exige o afastamento de outros contextos, além do contexto familiar. As mudanças e a distância daquilo que até então era parte da rotina podem ter um efeito negativo no adolescente. A troca de escola pode ser uma mudança necessária e mais uma vez o adolescente perde contato com as pessoas que até então faziam parte das suas relações e da sua história. De acordo com Wathier e Dell’Aglío (2007), mudar

de colégio é um evento estressor mais recorrente para os adolescentes que viviam em acolhimentos quando comparado aqueles adolescentes que viviam com as suas famílias. Na maior parte das vezes essa relação já é bastante frágil. No grupo investigado foi identificado um importante atraso escolar e, até mesmo, constatada a falta de interesse em frequentar a escola, mas não foi encontrada nenhuma diferença estatística significativa ao analisar a esperança daqueles que frequentavam e daqueles que não frequentavam a escola. Contudo, é importante lembrar que a amostra é pequena e essa ausência de relação precisa ser considerada com cuidado. Esteves, Scoloveno, Mahat, Yarcheski, Scoloveno (2013) informaram que a esperança possui relação com o desempenho acadêmico, sugerindo que a esperança pode influir positivamente na adesão e no desempenho escolar dos adolescentes. Por esse motivo, os autores orientam sobre o papel primordial do cultivo de esperança entre os adolescentes em diversos contextos, apontando outros benefícios relacionados a esperança como saúde, satisfação de vida e bem-estar.

Ao analisar cada um dos 12 itens da escala verifica-se que a afirmativa “Mesmo quando os outros desistem, eu sei que posso encontrar uma forma de resolver os problemas” obteve a maior média. Esse resultado sugere uma perspectiva positiva sobre o futuro e indica que os adolescentes se percebem capazes de construir caminhos para enfrentar as dificuldades que vivenciam. Contudo, parece que se percebem sozinhos nessa caminhada, uma vez que a afirmação é consoante ao momento da vida dos acolhidos, quando a família e poder público parecem se abster do cuidado do adolescente deixando-o na espera dentro de uma casa de acolhimento. A primeira avaliação é possível tendo em vista as poucas visitas e o reduzido contato mantido pelos familiares dos participantes deste estudo. Talvez o pouco contato dos familiares possa refletir a crença de que seus filhos estão sob melhor cuidado quando estão acolhidos, crença que muitas vezes pode ser compartilhada também pelo judiciário (Brito, Rosa, & Trindade, 2014). Nesse cenário, ao acolhido resta aguardar. Siqueira, Tubino, Schwarz e Dell’Aglío (2009) demonstraram que os acolhidos veem a família como uma fonte importante de apoio social, contudo quando esse apoio é frágil ou inexistente pode haver a sensação de abandono, daí a possível idealização de que o próprio adolescente é responsável por si e pela construção da sua trajetória de vida. Consequentemente, a ausência da família pode tornar ainda mais difícil a decisão jurídica favorável a reinserção familiar e, no caso de adolescentes, a literatura é unânime em apontar que a volta para a casa é a alternativa mais viável, já que a inserção em famílias substitutas de adolescentes ainda não é uma realidade no país (Pereira & Costa, 2005; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008).

Dessa forma, o acolhimento passa a ser o local mais comum a vida do adolescente e, portanto, as relações estabelecidas dentro desse contexto passam a ser fundamentais. Os estudos com esse público têm afirmado que os adolescentes percebem a casa de acolhimento como a principal fonte de apoio social (Dell’Aglío & Hutz, 2004), sendo caracterizado por um apoio mais próximo e organizado (Sequeira, 2009; Siqueira & Dell’Aglío, 2006) e que favorece o estabelecimento de relações sociais com pares e com os profissionais que ali atuam (Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Dell’Aglío & Hutz, 2004; Magalhães, Costa, & Cavalcante, 2011; Mota & Matos, 2008). Todas essas interações podem atuar como um fator protetivo e podem exercer influência positiva sobre a expressão de esperança disposicional. Gulassa (2006) ainda acrescenta que as casas de acolhimento devem estimular o potencial, autonomia e esperança a fim de permitir que

os acolhidos possam ter um olhar sobre si como detentores de suas histórias, sendo capazes de encontrar e seguir caminhos que os possibilitem o alcance de suas metas.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou mensurar a expressão da esperança disposicional entre os adolescentes em situação de acolhimento institucional. Os resultados sugerem um escore de esperança um pouco menor do que a média apresentada por adolescentes da mesma faixa etária que não vivenciaram um afastamento familiar e a vida no acolhimento institucional (Snyder et al. 1991; Pacico et al., 2013; Pacico & Bastianello, 2014). Isso significa que a vida no acolhimento não interfere na expressão de esperança, contudo esse resultado não pode ser generalizado dado o seu caráter exploratório e ao pequeno tamanho da amostra utilizada neste estudo. A principal limitação do estudo envolve a falta de parâmetros derivada da ausência de pesquisas nacionais relacionadas a temática.

Apesar da singularidade dos resultados relativos à esperança disposicional de adolescentes acolhidos é possível verificar que recentemente mais pesquisas estão identificando potencialidades e fatores de proteção nesse grupo e os resultados encontrados pelos autores vão ao encontro do principal resultado obtido nessa investigação. Por meio da análise dos resultados e das pesquisas científicas aqui referenciadas, conclui-se que ainda são necessárias mais investigações a respeito da esperança em adolescentes, em especial, sobre aqueles adolescentes que vivenciam situações não esperadas ao seu desenvolvimento. Igualmente faz-se indispensável à prática de intervenções que possam ser realizadas no ambiente institucional com a finalidade de promoção de esperança. O cultivo de esperança pode assumir um papel protetor durante o processo de desenvolvimento dos acolhidos. Ser capaz de expressar a esperança, mesmo quando o cotidiano impõe uma constante espera e uma expectativa de futuro, pode ajudar aos adolescentes acolhidos a encontrar rotas para alcançarem as metas desejadas e se manterem motivados a adotar tais rotas (Alarcon, Bowling, & Khazon, 2013; Snyder, 1995, 2002; Snyder, Rand, & Sigmon, 2005).

A esperança de um futuro melhor pode estimular uma visão para além dos infortúnios e das adversidades presentes nas histórias dos adolescentes em situação de acolhimento institucional. Todavia, é de fundamental importância que a visão esperançosa com relação ao futuro dos acolhidos seja compartilhada pelos profissionais das casas de acolhimento, pelas suas famílias, pelo poder público e pela sociedade, para que possam auxiliar aos adolescentes no desenvolvimento e na realização de seus objetivos e planos para o futuro, portanto o incentivo dessa característica deve fazer parte das ações desenvolvidas dentro desses espaços de vida.

REFERÊNCIAS

- Alarcon, G. M., Bowling, N. A., & Khazon, S. (2013). Great expectation: a meta-analytic examination of optimism and hope. *Personality and Individual Differences, 54*(7), 821-827.
- Borba, R. C., & Paludo, S. S. (2010). A institucionalização de crianças e adolescentes e o direito a convivência familiar e comunitária. *Revista Âmbito Jurídico*. Recuperado em 5 de março de 2016, de: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8060.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil (2009). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm
- Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em psicologia, 22*(2), 401-413. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-11>.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva, 14*(2), 615-625. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200030>.
- Dalbem, J. X., & Dell’Aglío, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizados: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico, 39*(1), 33-40.
- Dell’Aglío, D. D., & Hutz, C. S. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17*(3), 341-350.
- Esteves, M., Scoloveno, R. L., Mahat, G., Yarcheski, A., & Scoloveno, M. A. (2013). An integrative review of adolescent hope. *Journal of Pediatric Nursing, 28*(2), 105-113.
- Fukuda, C. C., Penso, M. A., & Santos, B. R. (2013). Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 65*(1), 70-87.
- Gulassa, M. L. C. R. (2006). A fala dos abrigos. In: Instituto Camargo Corrêa. *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 49-58). São Paulo: NECA.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e criança institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano, 21*(3), 818-831.
- Mariano, F. N., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica, 21*(1), 11-19. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000100002>.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade, 20*(3), 367-377. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000300007>.
- Orlandi, F., & Praça, N. (2013). A esperança na vida de mulheres com HIV/AIDS: avaliação pela Escala de Herth. *Texto & Contexto - Enfermagem, 22*(1), 141-148. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072013000100017>

- Ottaviani, A. C., Souza, É. N., Drago, N. de C., Mendiondo, M. S. Z. de., Pavarini, S. C. I., & Orlandi, F. de S. (2014). Esperança e espiritualidade de pacientes renais crônicos em hemodiálise: Estudo correlacional. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 22(2)*, 248-254. [10.1590/0104-1169.3323.2409](https://doi.org/10.1590/0104-1169.3323.2409)
- Pacico, J. C., & Bastianello, M. R. (2014). Instrumentos para avaliação da esperança: escala de esperança disposicional e escala de esperança cognitiva. In C. Hutz (Org.), *Avaliação em psicologia positiva* (pp. 101-110). Porto Alegre: Artmed.
- Pacico, J. C., Bastianello, M. R., Zanon, C., & Hutz, C. S. (2013). Adaptation and validation of the dispositional hope scale for adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 26(3)*, 488-492. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000300008>.
- Pacico, J. C., Zanon, C., Bastianello, M. R., & Hutz, C. S. (2011). Adaptation and validation of the hope index for brazilian adolescents. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 24(4)*, 666-670. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722011000400006>.
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia, 17(36)*, 9-20. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100002>.
- Pereira, J. M. F., & Costa, L. F. (2005). Os desafios na garantia do direito à convivência familiar. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 15(1)*, 19-31.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia, 25(3)*, 405-416. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>.
- Reppold, C., Antunes, A., Corrêa, L., Zanon, C. & Dal Lago, P. (2014). Características clínicas e psicológicas de pacientes asmáticos de um Ambulatório de Pneumologia. *Psico-USF, 19(2)*, 199-208. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019002005>
- Reppold, C., Gurgel, L., & Schiavon, C. (2015). Research in Positive Psychology: a Systematic Literature Review. *Psico-USF, 20(2)*, 275-285. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200208>
- Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 14(2)*, 389-407.
- Roesch, S. C., & Duangado, K. M. (2010) Dispositional hope and the propensity to cope: a daily diary assessment of minority adolescent. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology, 16(2)*, 191-198.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 25(2)*, 390-399. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>.
- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(3)*, 334-343. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>.
- Savahl, S., Isaacs, S., Adams, S., Carels, C. & September, R. (2013). An Exploration into the Impact of Exposure to Community Violence and Hope on Children's Perceptions of Well-Being: A South African Perspective. *Child Ind. Res., 6*, 579-592.
- Sequeira, V. C. (2009). Resiliência e abrigos. *Boletim Academia Paulista de Psicologia, 29(1)*, 65-80.

- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>.
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell’Aglío, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia*, 21(50), 383-391. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300011>.
- Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Percepções das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescente institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190.
- Snyder, C. R. (1995). Conceptualizing, measuring, and nurturing hope. *Journal of Counseling & Development*, 73, 355-360.
- Snyder, C. R. (2002). Hope Theory: Rainbows in the mind. *Psychological Inquiry*, 13(4), 249-275.
- Snyder, C. R., Harris, C., Anderson, J. R., Holleran, S. A., Irving, L. M., Sigmon, S. T., . . . Harney, P. (1991). The will and the ways: Development and validation of an individual-differences measure of hope. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 570-585.
- Snyder, C. R., Rand, K. L. & Sigmon, D. R. (2005). Hope Theory: a member of the positive psychology family. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Orgs.), *Handbook of Positive Psychology* (pp. 257-276). New York: Oxford University Press.
- Valle, M., Huebner, E. & Suldo, S. (2006). An analysis of hope as a psychological strength. *Journal of School Psychology*, 44, 393-406.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19(43), 221-229.
- Wakiuchi, J., Marchi, J., Norvila, L., Marcon, S. & Sales, C. (2015). Esperança de vida de pacientes com câncer submetidos à quimioterapia. *Acta Paulista de Enfermagem*, 28(3), 202-208. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201500035>
- Whatier, J. L., & Dell’Aglío, D. D. (2007). Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29(3), 305-314. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082007000300010>.

Sobre as autoras:

Simone dos Santos Paludo é professora Associada do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos CEP-RUA/FURG.

Martina Mazoleni é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Ana Paula Cardoso da Silva é graduada em Artes Plásticas e Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

E-mail para correspondência: simonepaludo@furg.br

Financiamento: As autoras agradecem ao Edital Pesquisador Gaúcho da FAPERGS pelo apoio financeiro ao projeto “Avaliação e promoção do desenvolvimento positivo de jovens em situação de vulnerabilidade social”.

Recebido: 06/07/2016
Reformulado: 08/05/2017
Aceito: 10/06/2017